

Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias¹

Geography of Childhood: contributions to studies of children and their childhoods

Jader Janer Moreira LOPES²

Resumo

Este texto busca apresentar considerações sobre as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia da Infância e suas aproximações com as propostas metodológicas aí sistematizadas. Para isso faz um recorte dessa área de conhecimento, levantando não só as estratégias presentes em diferentes momentos, as bases epistemológicas que as fundamentaram, mas também as contribuições que a teoria histórico-cultural trouxe nos últimos anos.

Palavras-chave: Geografia. Infância. Crianças. Espacialidades.

Abstract

This paper discusses the research developed within the Geography of Childhood and their approaches to the systematic methodological proposals there. Makes a clipping of this area of knowledge, not only raising strategies gifts at different times, the epistemological basis that substantiated, but also the contributions that the cultural-historical theory brought in recent years.

Keywords: Geography. Childhood. Children. Spatialities

-
- 1 Esse artigo é uma adaptação da conferência proferida no Seminário de Educação 2012, ocorrido na Universidade Federal de Mato Grosso, cujo título original era *A Geografia da Infância no diálogo com a educação infantil*.
 - 2 Pós-doutorado (Internationaler Promotions studien gang Erziehungswissenschaft/Psychologie – INEDD, Universität Siegen, Alemanha). Professor da UFF, pesquisador da FAPERJ, do CNPq e CAPES. Professor do programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação. Membro do Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa, Extensão e Estudos de Crianças de 0 a 6 anos, na linha de pesquisa “Infância e Cultura”. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Campus Gragoatá; Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento, Laboratório de Ensino de Geografia, sala 210. São Domingos, CEP: 24020-200 - Niterói, RJ. Tel: (21) 2629-2665. E-mail: <jjanergeo@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 22	n. 49/1	p. 283-294	maio/ago. 2013
----------------	--------	-------	---------	------------	----------------

As populações dividem-se quase sempre em três grupos: crianças (que podem abranger pessoas com menos de 15 ou com menos de 20 anos, em conformidade com as estatísticas), adultos e pessoas de mais idade (para as quais o limite mais baixo poderá ser 60 ou 65 anos). Consideremos 20 e 60 os limites.

Cálculos feitos relativamente a todos os países do mundo para os quais existem estatísticas de composição de idade mostram que o número dos 'abaixo dos vinte' varia entre os valores extremos de 28,7%, na Suécia, 30,1% na Alemanha Oriental e 53% nas Filipinas e no Brasil [...]. (J. BEAJEU-GARNIER, Geografia da População em 1978, p. 70).

Local: espaço escolar após a aula; as crianças estavam esperando os pais e se deslocavam por todo o pátio da escola. Na varanda, duas meninas de, aproximadamente, 4-5 anos, faziam alguma atividade em cima de uma pequena mesa, com papéis e folhetos informativos:

- O que vocês estão fazendo? - perguntei.
- Doces (responderam).
- Ah! Deve ser bom! Posso experimentar?
- Fique aí, não entre na cozinha - me disse uma das meninas.
- Quer doce? - perguntou a outra.
- É doce de quê? - indaguei.
- De nada! - uma me disse rindo muito.
- É de nada! - a outra afirmou, rindo também.
- Então me deixa experimentar esse doce de nada, nunca comi. Deve ser bom. Posso pegar um pouco na panela?
- Não pode entrar na cozinha, está ocupada, tá muito cheia de criança, não tá vendo? (LOPES, 2008, p.67).

As duas epígrafes presentes na abertura desse artigo apontam para formas diferenciadas de se conceber as crianças e suas presenças no espaço geográfico: uma que evidencia sua condição estrutural, compondo os dados estatísticos e demográficos dos países e outra que marca suas ações e ocupações nos lugares, transformados a partir dos atos do brincar. Situações que marcaram diferentes caminhos trilhados pela Geografia da Infância.

Podemos situar a década de 70, do século passado, como um momento em que se iniciam os acúmulos de trabalhos que envolvem as crianças e suas espacialidades. Produções desenvolvidas em diferentes contextos geográficos, mas fortemente influenciadas pelos postulados sistematizados

na Geografia Humanista, irão iniciar uma série de ações e registros que buscam desvelar o *ser e estar* das crianças no espaço.

Tecendo críticas aos estudos estatísticos na Geografia, à descrição racionalista do positivismo e ao reducionismo economicista do movimento marxista dentro dessa ciência, a Geografia Humanista busca compreender a percepção e representação do espaço por indivíduos, entendendo seu caráter único, singular, ao mesmo tempo em que reconhece o seu pertencimento e compartilhamento a um determinado grupo cultural. Tuan (1982) expressa essas condições ao definir o caráter desse movimento:

A Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. [...] procura um entendimento do mundo humano através das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982, p. 143).

Ideias a respeito do espaço e do lugar..., palavras que denotam a expectativa desse grupo em desvelar o mundo habitado pelos sujeitos, o encontro entre pessoas e espaço, as confluências em que emergem e se fundem a condição humana e a condição geográfica, são desafios postos! Aos geógrafos cabe se esforçarem para construir caminhos, alcançar teorias, tecer interpretações sobre a nova *terrae incognitae*, que agora não se constitua mais como lugares nunca visitados, espaços distantes do território europeu e de outras nações, mas, sobretudo, se “[...] encontra no interior da alma e do coração dos homens”³.

As fronteiras do outro, muito bem delimitadas e muitas vezes distantes do passado, acabaram se encurtando e ficando próximas, tornando-se vizinhas. O olhar que, até então, era destinado para o distante-diferente passa a se voltar para si próprio, criando uma outra categoria de análise: o próximo-diferente. As novas expedições geográficas são trilhas percorridas com o outro, que *junto de mim* possa me mostrar o seu mundo vivido.

Os geógrafos dessa corrente teórica calcam, assim, suas ideias “[...] nas filosofias do significado, especialmente na fenomenologia e no existencialismo” (CORRÊA, 1995, p. 30) e a “[...] geografia humanista está

3 Discurso de Wright proferido em 1946 à Associação de Geógrafos Americanos, transcrito por LOWENTAL (1982). Ver referências.

assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular” (CORRÊA, 1995, p. 30). O estudo do ambiente, no âmbito desse grupo, perpassa a consideração dos “[...] sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência” (CORRÊA, 1995, p. 30). Reconhecer a prática geográfica do *outro*, o seu espaço vivido são traços fundamentais dessa análise. Ao mesmo tempo, permite levantar algumas questões: de que maneira ocorre a construção da percepção do ambiente que nos cerca? Quem, o quê ou quais fatores interferem e concorrem para essa percepção?

Pressupõe-se que existe uma série de aptidões humanas que “[...] transcendem as particularidades” (TUAN, 1980, p. 6), que parecem ser universais, comuns ao comportamento dos primatas. Tuan (1980) reconhece como traço único o fato de todos os seres humanos compartilharem percepções comuns em virtude de possuírem órgãos e uma estrutura biológica similar. Além disso, reconhece algumas características psicológicas como subjacentes à espécie, como a escala da percepção humana: “[...] os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo, à acuidade e amplitude do nosso aparelho perceptivo e ao propósito” (TUAN, 1980, p. 16-17); a segmentação: “[...] os seres humanos tendem a segmentar os *continuums* da natureza.” (TUAN, 1980, p. 17); dessa forma, vemos nítidas separações no ambiente: diferenças entre uma planície e uma montanha, uma floresta úmida e uma área seca, construindo regiões específicas. Outro aspecto comum seriam as oposições binárias, segundo o autor: “[...] a mente humana parece estar adaptada para organizar os fenômenos não só em segmentos, como para arranjá-los em pares opostos” (TUAN, 1980, p. 18), isso justificaria algumas classificações espaciais, como Norte e Sul, Leste e Oeste e outras. Aborda, ainda, a questão do etnocentrismo como uma categoria fundamental dos povos, uma vez que “[...] Os seres humanos, individualmente ou em grupos, tendem a perceber o mundo com o *‘self’*, como o centro” (TUAN, 1980, p. 34, grifo do autor).

Porém, o propósito dos trabalhos não é pesquisar esses universais, mas exatamente trabalhar com o que é particular em cada grupo social no tocante à percepção do ambiente que o cerca, pois se pressupõe a existência de particularidades, que “[...] acentua ou [...] distorce” (TUAN, 1980, p. 6) tais universais. Eis o papel da Geografia, pois “[...] o geógrafo humanístico, afinado com as vozes do cientista e do filósofo, não pode dar-se ao luxo de ignorar qualquer coisa que possa lançar luz nas complexidades do relacionamento do homem com a terra.” (BUTTIMER, 1982, 68).

O lugar, entendido como as relações afetivas que as pessoas estabelecem com o espaço, passa a ter um valor central nas pesquisas, e a noção de

Topofilia, desenvolvida por Tuan (1980), ganha notoriedade não só na Geografia, mas também em outros campos de estudos. O termo *Topofilia*, ao ser compreendido como o “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5), pronuncia a existência de uma diferença entre espaço e lugar, uma vez que o significado de espaço frequentemente se funde com o lugar, porém “[...] ‘espaço’ é mais abstrato que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor” (TUAN, 1980, p. 6, grifos do autor).

As inspirações na Psicologia Cognitiva, de Piaget, e a de Espaço Vivido, de Fremont, reforçam a dimensão da experiência humana no espaço e reafirmam o afastamento das clássicas teses pelas quais se trilhavam a vivência de homens, mulheres e, claro, as crianças, que lentamente deixam de ocuparem os números para terem visibilidade em outros lugares.

Os estudos de Piaget irão encontrar, nos trabalhos geográficos com crianças, grandes expressividades, obras diversas (PIAGET; INHELDER, 1993, por exemplo) levam a um conjunto de afirmativas e pesquisas que tecerão muitas considerações sobre as relações que as crianças estabelecem com seus espaços ditos próximos e distantes, como esses são concebidos e representados.

Uma das teses que ganha grande destaque é a premissa que, apesar de já nascer imbuída de uma rede de significados que a envolvem, a relação da criança com seu mundo é, inicialmente, de indiferenciação. À medida que a criança vai se desenvolvendo, ocorre uma gradativa separação dela com o mundo. Tal fato começa a ocorrer a partir das experiências sensório-motoras; é o desenvolvimento dos sentidos, associados ao ato motor, que irá proporcionar cada vez mais uma consciência de si e do mundo que a envolve. Nesse desenvolvimento/separação ocorre a construção da noção de espaço-tempo.

Dessa forma, inicialmente, a criança consegue apenas perceber o espaço através de seu próprio corpo em contato com objetos, utilizando os sentidos. Num primeiro momento, o seu espaço é de vivência: compõe-se dos lugares onde brinca, passeia e dos objetos que aí existem e que ela utiliza. As relações espaciais se desenvolvem e se tornam mais complexas à medida que ela amplia seu espaço de ação.

Piaget (1993) elabora, assim, uma série de etapas contínuas pelas quais passam as pessoas no desenvolvimento da noção espacial. As relações topológicas: são as mais elementares, logo são as primeiras que a criança constrói; são as relações de vizinhança (perto, longe), separação (percepção de que os objetos ocupam lugares distintos no espaço), ordem (sucessão), fechamento (noção de interior e exterior).

Relações projetivas: são aquelas que se definem de acordo com o ponto de vista do observador (direita/esquerda). Relações euclidianas ou métricas: são aquelas baseadas nas noções de eixos e de coordenadas, definindo-se com pontos fora do observador. As relações topológicas e projetivas são construídas pela criança no sentido de se situar no espaço e se relacionar com o meio, assegurando maior segurança em seus deslocamentos. Esses conceitos – dentro, acima, à direita, perto, fora, e outros – são essenciais para a etapa posterior. As relações euclidianas permitem fazer localizações utilizando eixos fora do corpo da criança.

O espaço perceptivo seria construído, assim, seguindo uma série de etapas que correspondem às relações topológicas mais elementares, passando pelas projetivas (eixo de coordenadas baseado no seu próprio ponto de vista), até chegar às euclidianas. Iniciando-se num plano comum (relações topológicas), o espaço representativo passa pelas mesmas etapas, porém de forma descontínua.

Enquanto os estudos de Piaget ampliam e avigoram a infância como uma dimensão científica e universal, a obra de Armand Frémont, publicada em 1976 e intitulada *La Région, espace vécu* (A região, espaço vivido), assegura a noção de espaço vivido como um conceito chave desse movimento, evidenciando-se à maneira como as pessoas experienciam e exprimem os espaços, e à concepção, o significado que os aportes geográficos têm para as diversas e diferentes localidades, como orientações fundamentais nas pesquisas que se organizam nesse momento, como aparece descrito nas palavras de Claval (2003):

Armand Frémont imagina, em meados dos anos 1970, a noção de espaço vivido: ele se volta para a significação da experiência que as pessoas têm do contexto em que se desenvolvem. [...] Com a ideia de espaço vivido aparecem duas orientações importantes: 1- a atenção que convém dar à maneira como as pessoas se exprimem; 2- a consciência da significação especial que adquire a experiência dos lugares para aqueles que os habitam. A geografia não deve aparecer como a visão estrangeira de um viajante que passeia sobre a paisagem um olhar distraído. Deve dizer o que significam a paisagem, o campo, a cidade, a natureza, para as populações locais. (CLAVAL, 2003, p. 11).

O próprio Claval (2003, p. 12) irá destacar que o “[...] sucesso da noção de espaço vivido é imenso”, pois “[...] seus fundamentos teóricos são fáceis de compreender. A utilização de fontes literárias ou pictóricas, de testemunhos biográficos ou de correspondências privadas abre muitas possibilidades”.

Outra obra, publicada em 1960, trará influências expressivas nesses estudos; trata-se do livro *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch. Fruto de diversos anos de estudos em três cidades dos Estados Unidos (Los Angeles, Boston e Jersey City), o autor destaca, em suas páginas, como essas cidades são percebidas em seus arranjos espaciais.

Lynch (1960) identifica que a configuração urbana percebida pelas pessoas que nela habitam e transitam se constitui de forma gradativa, sendo o tempo essencial nesse processo; além disso, reconhece cinco dimensões em torno das quais organizam a imagem das cidades: as vias, os caminhos para deslocamentos; os limites, os contornos que criam delimitações; os bairros, espaços marcados por características mais homogêneas e percebidas pelas pessoas em suas diferenças e identidades; os pontos nodais, locais de convergências, tais como praças, cruzamentos e outros; e os marcos, pontos de referências espaciais, que, independente de suas escalas, são marcados por suas especificidades e singularidades.

No processo de reconhecimento das cidades, Lynch (1960) demonstra que as pessoas formam mapas mentais, que atravessados pelas dimensões acima descritas, também são marcados por suas experiências e histórias pessoais.

As técnicas dos mapas mentais (LYNCH, 1960), mas também trabalhadas por outros autores, como Peter Gould e Rodney White (1974) ganham grande notoriedade nos estudos da percepção e passam a ser utilizadas em diversos outros espaços além dos urbanos, se constituindo como uma das estratégias mais presentes em se desvelar o cotidiano espacial dos diferentes sujeitos que habitam a superfície terrestre.

Ainda hoje, os mapas mentais apresentam significativas aplicações nas pesquisas do campo da percepção ambiental, muitos trabalhos ainda utilizam os caminhos traçados por essa proposta e se presentificam não só na Geografia brasileira, mas também em outros espaços territoriais e campos de conhecimentos. Apesar de novas perspectivas terem se desenvolvido (mapas narrativos - BEHNKEN; ZINNECKER, 2010, mapas vivenciais - LOPES, 2012b, por exemplo), os mapas mentais apresentam expressivas presenças na contemporaneidade.

Os estudos da Geografia da Infância emergem, dessa forma, com interfaces nesses postulados, por onde se entrecruzam outros recortes, como o de gênero, o de idade e condição econômica, perguntam-se como meninos e meninas, de diferentes idades e pertencentes a diferentes estratos sociais concebem, percebem e representam seus espaços.

O final da década de 80 e os anos 90 foram acompanhados por um grande crescimento nos estatutos políticos e legais que colocam as crianças como

sujeitos de direitos, a Convenção sobre o Direito das Crianças e muitos outros documentos (por exemplo, o ECA no Brasil) possibilitam outros estatutos para a infância e estendem a ideia do direito da criança ao espaço e, assim, um outro foco ganha força nos estudos da Geografia da Infância, a noção de território, de espaço como direito politicamente definido.

Apesar de não desaparecerem os estudos anteriores, a noção de território parece ser mais adequada a esses novos trabalhos, visto que é uma categoria interpretativa, a qual cabe muito bem nas novas inquietações e lutas que se estabelecem em torno da infância, pois, como nos coloca Souza (1995, p. 78), “[...] o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Esse momento é marcado também pelo surgimento de revistas e periódicos específicos envolvendo as crianças e a Geografia; além disso, os diversos programas de investigações de cunho nacional e internacionais, financiamentos de governos e órgãos, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outros, dão à criança uma atenção especial e também a sua espacialidade.

Associado a esse debate, temos o crescimento de outros abrangendo as crianças, o que também alimentou as pesquisas no campo da Geografia da Infância. Em 1990, por exemplo, é editado o livro *Constructing and reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociology of Childhood*, de Allan Prout, em coautoria com Allison James. Esse material alinhava uma série de proposições que deveriam reconstruir as formas de se conceber a infância, na ótica dos autores, tradicionalmente assentadas em concepções biologicistas, quantificáveis e etárias. Passam a defender a infância como uma construção social que deve ser compreendida com outras variáveis, tais como o gênero, a classe e a etnicidade; e, ainda, em sua condição de *agency*, ou seja, de sujeitos atuantes na produção da sociedade.

Esses propósitos serão revigorados num escrito do dinamarquês Jens Qvortrup (1993), que retoma o tema que dá nome ao próprio texto: *Childhood as a Social Phenomenon*, fruto de uma pesquisa desenvolvida em diversos países, e aponta um conjunto de teses que seriam fundamentos básicos dos estudos da infância. Os aportes de Qvortrup (1993) assinalam a categoria geracional como fundamental, como uma das dimensões centrais a ser considerada na compreensão da infância e sua vida em sociedade.

Dessa forma, se a infância é uma construção social, uma concepção sistematizada em diferentes sociedades, ela apresenta uma dimensão que é plural, pois não me é possível falar em uma única infância, mas na pluralidade de sociedades que cobrem a superfície terrestre; existe uma pluralidade de

infâncias que se configuram. Localizar, mapear, descrever e interpretar essas infâncias são também pontos pertinentes aos estudos da Geografia.

Os conhecidos postulados sobre a infância ser uma construção social e plural, reverberam no entendimento de sua dimensão espacial, pois as infâncias passam a ser lugares destinados às crianças e que se materializam em formas de paisagens nas diferentes sociedades.

Assim, a dimensão de Paisagens de Infância (LOPES, 2009) como as formas que as sociedades *erguem*, materialidades destinadas às crianças nos diferentes espaços, sobretudo os urbanos e a noção de Território de infâncias (LOPES; VASCONCELOS, 2005), de lugares dados, vedados, transgressões espaciais, passam a ter grande relevância nas pesquisas da Geografia da Infância.

Apesar de sua perspectiva e proposta de rompimento com o movimento cartesiano e racional, os estudos acabaram por privilegiar muito a dimensão cognitiva na apreensão e construção das noções espaciais, cujos desdobramentos influenciaram e continuam influenciando outros campos, como a Cartografia e a Educação.

Na área da Educação, promoveu-se a reestruturação dos currículos para as áreas de Geografia e de História nas primeiras séries da Educação Básica, sob o rótulo de Estudos Sociais, Ciências Sociais. Organiza-se um projeto educativo para essas áreas que ainda é presente até o momento, calcado na concepção de *espaço mais próximo para o mais distante*, noção que se traduziu nas seguintes *realidades/espaços* que deveriam ser estudados pelos alunos e alunas espalhados pelo Brasil, independente de suas inserções cotidianas. Constituiu-se uma proposta que, apesar de apresentar variações, tem como base a seguinte lógica espacial: parte-se da sala de aula (considerada o espaço mais próximo), depois a Escola (afinal a sala está na escola), depois o Bairro da Escola, o Bairro dos Alunos, o Município, o Estado, o País, o Continente, até chegar ao Mundo (o espaço mais distante de todos nós).

Uma área que acabou crescendo na esteira desses trabalhos foi a Cartografia para crianças e escolares, cujos trabalhos levaram à organização de muitos produtos (como Atlas) para as crianças e suas diferentes idades, além da organização de eventos e congressos, como o Congresso Brasileiro de Cartografia para Crianças e o estabelecimento de um concurso internacional chamado de Prêmio Barbara Petchenik de Mapas Infantis, a partir da criação da Comissão de Cartografia e Crianças do ICA (*International Cartography Association*); são trabalhos ainda fortemente influenciados pelas perspectivas piagetianas.

Estudos mais recentes têm buscado trazer as contribuições da teoria histórico-cultural de Vigotski e seus colaboradores (obras diversas) para a área da Geografia da Infância. Constituída na Rússia pós-revolução, em momento de organização

da União da República Soviética, e tendo Lev Semionovitch Vigotski, Aleksei Nikolaievitch Leontiev e Alexander Romanovich Luria como seus representantes mais conhecidos; o grupo, liderado pelo primeiro, busca sistematizar uma outra forma de conceber o ser humano e o seu próprio desenvolvimento.

Reconhecendo que o processo de humanização se constitui na interface estabelecida entre a filogênese (a história de uma espécie animal), a ontogênese (desenvolvimento do indivíduo dentro da espécie), a sociogênese (a cultura de um grupo), o que faz com que cada fenômeno do desenvolvimento seja singular (microgênese), tornando nossas experiências únicas na experiência coletiva, Vigotski e seus colaboradores (obras diversas) criam um novo estatuto na psicologia e constroem um arcabouço teórico que iria romper o espaço-tempo daquele momento e influenciar muitas outras gerações de pesquisadores.

As teses desses autores trouxeram novas formas de se olhar as crianças e suas infâncias, inclusive na área da espacialidade, fortemente dominada pela dimensão cognitiva, como já apontamos em outras passagens deste texto.

Um maior reconhecimento, as recentes traduções, acessos e trocas de pesquisas entre grupos da teoria histórico-cultural estão permitindo ampliar o pensamento desses autores no país, chegando, ainda, de forma tímida à Geografia e aos estudos da infância nessa área; mas já é possível vislumbrar, nos anais de eventos, em periódicos, trabalhos que apontam para essa perspectiva.

Tentamos, aqui, trazer um panorama geral da Geografia da Infância como área de pesquisas e estudos, com a certeza de que muitas outras pesquisas ocorreram e continuam ocorrendo. Esperamos, sinceramente, ter contribuído para uma maior compreensão da importância da Geografia e da sua imensa possibilidade de contribuição aos estudos das crianças e infâncias, na recorrente defesa de que o espaço geográfico é um componente significativo na/da formação humana.

Referências

BEHNKEN, Imbke; ZINNECKER, Jürgen. Narrative Landkarten - Ein Verfahren zur Rekonstruktion aktueller und biographisch erinnelter Lebensräume. In: FRIEBERTSHÄUSER, Barbara; LANGER, Antje; PRENGEL, Annedore. (Hrsg.). **Handbuch Qualitative Forschungsmethoden in der Erziehungswissenschaft**. Weinheim und München: Juventa Verlag, 1997, 2010.

BUTTNER, Ana. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CLAVAL, P. A evolução recente da geografia cultural francesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, 2003.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47

GOULD, Peter; WHITE, Rodney. **Mental maps**. London: Penguin, 1974.

LOPES, Jader J. M. A criança e sua condição geográfica: contribuições da Geografia da Infância. **O Social em Questão**, Ano XX, n. 21. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Dep. Serviço Social, 2009.

_____. É coisa de criança: reflexões sobre geografia da infância e suas possíveis contribuições para pensar as crianças. In: VASCONCELLOS, Tânia de. **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EDUFF, 2008.

_____. Mapas narrativos e espaços de vivências: cartografando os lugares de infância In: LOPES, Jader Janer M.; ANDRADE, Daniela B. S. Freire (Org.). **Infância e Crianças: lugares em diálogos**. Cuiabá: EDUFMT, 2012a.

_____. Os bebês, as crianças pequenas e suas condições histórico-geográficas: algumas notas para o debate teórico-metodológico. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, edição Espacial, agosto de 2012b.

LOPES, Jader J. M.; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da Infância: reflexões sobre uma área de pesquisas e estudos**. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

LYNCH, Kevin. **The Image of the City**. Cambridge: M. I. T. Press, 1960.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A representação do espaço na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PROUT, A.; JAMES, A. **Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociology of Childhood**. London: Routledge Falmer, 1990.

QVORTRUP, Jens. Nine Theses about “Childhood as a Social Phenomeno”. Eurosocial **Report Childhood as a Social Phenomenon: Lessons from an International Project**, n. 47, 1993, p. 11-18.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Geografia Humanística. In: CRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **Quarta aula**: a questão do meio na Pedologia. *PSICOLOGIA USP*, São Paulo, 2010, 21(4), 681-701.

Recebimento em: 17/01/2013.

Accite em: 20/02/2013.